

ÍNDICE

RESUMO	7
ABSTRACT	9
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. A PERDA DE BENS POR MOTIVOS CRIMINAIS NA HISTÓRIA LEGISLATIVA PORTUGUESA	25
2.1. Os primeiros tempos	25
2.2. As Ordenações régias	27
2.2.1. As Ordenações Afonsinas	28
2.2.2. As Ordenações Manuelinas	30
2.2.3. As Ordenações Filipinas	32
2.3. O Iluminismo e as constituições liberais	34
2.4. A codificação penal do século XIX	37
2.4.1. O Código Penal de 1852	37
2.4.2. O Código Penal de 1886	39
2.5. O fim da proibição do confisco	44
3. A PERDA DE BENS NO CÓDIGO PENAL DE 1982	47
3.1. O regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro	47
3.1.1. A perda dos instrumentos e dos produtos do crime	47
3.1.2. A perda das vantagens do crime	53
3.1.3. Os objectos pertencentes a terceiros	56
3.2. As modificações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março	61
3.3. A alteração da Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro	66
3.4. O reforma do regime legal operada pela Lei n.º 30/2017, de 30 de Maio	67

4. A NATUREZA JURÍDICA DO REGIME DE PERDA DE BENS PREVISTO NO CÓDIGO PENAL	77
4.1. O debate doutrinal	77
4.2. Posição adoptada	85
4.3. Consequências jurídico-processuais	97
5. OS PRESSUPOSTOS OPERATIVOS DA PERDA DE INSTRUMENTOS, PRODUTOS E VANTAGENS	105
5.1. A perda de instrumentos	105
5.2. A perda de produtos e de vantagens	114
5.2.1. Os produtos e as vantagens abrangidos pela perda	114
5.2.1.1. O caso especial das recompensas	119
5.2.2. A determinação das vantagens económicas	126
5.3. A substituição da perda pelo pagamento do valor dos instrumentos, produtos ou vantagens	131
6. REFLEXÕES FINAIS	145
BIBLIOGRAFIA	153